

Ninguém sabe onde foi parar o dinheiro do pólo

O orçamento de Cr\$ 339 milhões para este ano sumiu no meio da verba da Fundação Cultural, por "distração"

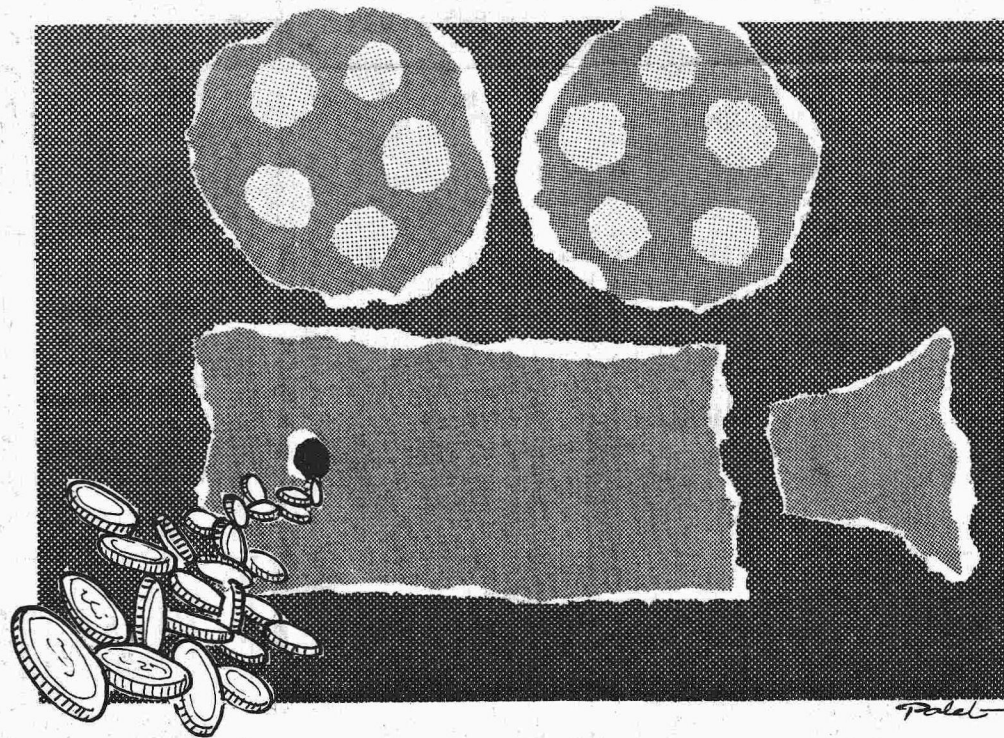
Aconteceu o que não devia acontecer. André Gustavo Stumpf, secretário-executivo do jovem e ainda fresco Pólo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal, criado pelo governador Joaquim Roriz com a finalidade de transformar a Capital da República em um centro gerador de imagens, comunicou aos conselheiros, em sessão fechada da última quarta-feira, 11 de dezembro, que Cr\$ 339 milhões, de um total de Cr\$ 780 milhões, que é o orçamento do programa para o ano de 1991, haviam desaparecido — o que pode, pelo menos, mostrar que os órgãos públicos da cidade, quando têm que trabalhar juntos, sofrem de falta de comunicação, organização e controle de suas finanças.

Isto porque o Pólo, que é, por enquanto, um programa de governo ligado à Casa Civil do Palácio do Buriti, tem sua verba recebida pela Fundação Cultural do Distrito Federal. Portanto, o que não devia

acontecer aconteceu da seguinte forma: os computadores do Pólo de Cinema e Vídeo deram conta do estranho sumiço de parte da verba justamente porque a FCDF, por falta de severidade em sua administração, lançou mão de dinheiro que não era seu e gastou, ao que tudo indica, mais do que devia. O membro do conselho do Pólo, professor José D'Arrochele, sorriu e comentou em uma tentativa de apaziguar possíveis mal-entendidos: "Foi uma distração". Mas completou: "Uma distração estranhável".

De qualquer jeito, o secretário-executivo do Pólo, André Gustavo Stumpf, não se mostra muito preocupado com o incidente. Chegou, inclusive, a fazer ponderações razoáveis: "Nós somos, ainda, apenas um programa e não uma unidade orçamentária própria, o que acarreta mais responsabilidades para a Fundação Cultural, que passa a ter um corpo estranho para administrar". Lamentou também que "os órgãos públicos não tenham a velocidade necessária para tomar decisões e distribuir verbas". É verdade o que ele falou, porque, enquanto passava-se pelo susto de desaparecimento de uma quantia respeitável de cruzeiros, a diretora da FCDF, Maria Luiza Dornas, estava na Itália para, entre outras coisas, dinamizar e animar o cortejo presidencial em Roma.

Esta falta de agilidade dos órgãos públicos, que permite que o dinheiro que estava aqui não esteja



mais, é fácil de ser percebida. O conselheiro D'Arrochele, por exemplo, lamenta que a concorrência para a compra do equipamento inicial do Pólo tenha que ser adiada para o próximo ano, justamente por falta de verba devido ao quiproquó orçamentário.

"Não vai mais dar tempo", diz ele. Se o que tinha que ser feito este ano será feito em 1992, quando o orçamento do Pólo subirá para cerca de Cr\$ 2 bilhões, fica a constatação feita pelo próprio D'Arrochele: "É sempre meio esquisito".

Mas há luz no final do túnel. André Gustavo Stumpf já tem audiência marcada com o governador Joaquim Roriz para tratar da questão delicada. E o secretário-executivo garante que, em 1992, o Pólo de Cinema e Vídeo passa para as mãos da Secretaria de Cultura, Esporte e Comunicação Social do DF, dispensando os favores da Fundação Cultural, e passa a ter mesma autonomia que outros órgãos. "É a alforria", festeja André Gustavo Stumpf. Não só isto, na verdade, porque esta decisão de transferir o Pólo para outro órgão merece considerações. Uma delas é a de que se o dinheiro público deixar de desaparecer por incompetência ou distração (quando não é devido a motivos menos desculpáveis), o contribuinte brasileiro agradece. E a entrada do Pólo na Secretaria de Cultura leva o programa a quem mais o ama: o secretário Fernando Lemos, que sempre engendrou a ideia e, inclusive, soube vendê-la muito bem ao governador Joaquim Roriz, interessado em lançar sua própria imagem por todo o País. Assim, o Pólo chega à casa que, há menos de um mês, está sendo comandada pelo homem que mais se interessa por sua criação, e que saberá usá-la segundo suas conveniências. O que prova que Deus escreve certo por linhas tortas.